PROJETO DE LEI N.º 6.907-A, DE 2017
(Do Sr. Geraldo Resende)

Acrescenta o § 2º ao caput do art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relator: DEP. EZEQUIEL FONSECA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
VIAÇÃO E TRANSPORTES; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Geraldo Resende, tem por objetivo acrescentar o § 2º ao art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), renumerando o parágrafo único para § 1º, para eximir a responsabilidade do ex-proprietário de veículo automotor pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), no que se refere ao período posterior à alienação.

O autor alega que a medida visa sanar dúvida recorrente nos casos de compra e venda de veículo usado, estabelecendo que a responsabilidade pelo pagamento do referido imposto fica definida pela data da alienação do veículo.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da proposição, que está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 6.907, de 2017, de autoria do nobre Deputado Geraldo Resende, visa estabelecer que, no caso de compra e venda de veículo usado em que o vendedor não comunique a transferência de propriedade ao órgão executivo de trânsito, a responsabilidade do ex-proprietário não abrange o IPVA relativo ao período posterior à venda.

De pronto, concordamos com o autor. Embora o *caput* seja claro ao estabelecer que a responsabilidade solidária se refere às penalidades impostas por infrações cometidas com o veículo, diversas secretarias de fazenda vêm ampliando essa interpretação, cobrando do vendedor incauto que deixou de

comunicar a venda ao Detran. No afã de arrecadar, o órgão tributário estadual não pensa duas vezes em cobrar também daquele que já se desfez do bem. Muitas vezes, para não ter o nome incluído na dívida ativa, o antigo proprietário chega a pagar o imposto.

Como bem apontou o autor na justificção do PL, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu acerca da matéria e editou súmula firmando a posição de que é indevida a cobrança junto ao ex-proprietário de parcelas referentes ao IPVA vencidas após a data da venda do veículo. Referido Tribunal entende que a responsabilidade solidária prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) restringe-se às penalidades relacionadas às infrações de trânsito cometidas até a data da comunicação. Segundo a decisão, imposto não se confunde com penalidade.

Nada obstante, com o propósito de sanar essa questão, entendemos ser oportuna a inclusão no texto do CTB do § 2º nos termos propostos.

Ante todo o exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.907, de 2017.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2018.

Deputado EZEQUIEL FONSECA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 6.907/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ezequiel Fonseca.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Domingos Sávio - Presidente, Ezequiel Fonseca - Vice-Presidente, Altineu Côrtes, Benjamin Maranhão, Capitão Fábio Abreu, Christiane de Souza Yared, Diego Andrade, Gonzaga Patriota, Laudívio Carvalho, Leônidas Cristino, Marcio Alvino, Mauro Lopes, Remídio Monai, Roberto Britto, Sérgio Moraes, Adelmo Carneiro Leão, Afonso Hamm, Aliel Machado, Arolde de Oliveira, Julio Lopes, Lázaro Botelho, Leopoldo Meyer, Lucio Mosquini, Marcelo Delaroli, Miguel Lombardi, Professor Victório Galli, Raquel Muniz, Ricardo Barros, Samuel Moreira e Sergio Vidigal.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2018.

Deputado DOMINGOS SÁVIO
Presidente